

Indústria têxtil: avaliação empírica do emprego formal em Santa Catarina vis-a-vis o Ceará – 1998/2008

Luís Abel da Silva Filho¹, Silvana Nunes de Queiroz²

¹ Mestrando em Economia pelo PPGECO-UFRN, bolsista CAPES e pesquisador do Observatório das Metrópoles, núcleo da UFRN. E-mail: abeleconomia@hotmail.com

² Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA; Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP. E-mail: silvanaqueiroz@nepo.unicamp.br

Resumo

Este artigo tem como propósito analisar e comparar o perfil da indústria têxtil bem como as características socioeconômicas dos seus trabalhadores entre os anos de 1998 e de 2008. O estado de Santa Catarina e o estado do Ceará são os alvos dessa investigação, haja vista que a indústria têxtil é o setor da indústria de transformação que mais emprega em ambos os estados, tradicionais lócus dessa atividade. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), são a principal fonte da pesquisa. Os principais resultados, por um lado, apontam semelhanças com o expressivo aumento no número de estabelecimentos abertos da indústria de transformação em Santa Catarina e no Ceará, com destaque para a indústria têxtil, setor que mais cria oportunidade de empregos em ambos os estados em 1998 e em 2008. Por sua vez, a rotatividade da mão-de-obra apresenta-se elevada, com predominância de trabalhadores empregados por menos de 1 ano, do sexo feminino e na faixa etária de 30 a 39 anos, nos estados em estudo. Por outro lado, as principais diferenças apontam que a indústria de grande porte é a que mais emprega no Ceará, e a de pequeno porte em Santa Catarina, sendo que 43,41% dos trabalhadores da indústria têxtil cearense têm o segundo grau completo, contra 32,10% em Santa Catarina. Ainda assim, as diferenças salariais persistem entre os dois estados, com 92,01% dos trabalhadores da indústria têxtil no Ceará e 58,36% em Santa Catarina, em 2008, ganhando até dois salários mínimos.

Palavras-Chave: Indústria Têxtil, Emprego Formal, Santa Catarina-Ceará

1. Introdução

As transformações macroeconômicas mundiais do final do século XX impactaram fortemente nas economias em desenvolvimento. O processo de abertura econômica vivenciado no final do Governo Collor, seguido da implantação do Plano Real no Governo de Fernando Henrique Cardoso, concomitante com a ideologia de país globalizado (DEDECCA e ROSANISK, 2009), causou sérias conseqüências para a economia brasileira, principalmente para a redução de tarifas de importação e a valorização do câmbio, que provocaram a entrada de produtos estrangeiros em larga escala (KON e COAN, 2004).

Dessa forma, o parque industrial brasileiro teve que passar por transformações significativas para conseguir sobreviver à concorrência acirrada com países que contavam com tecnologia de ponta e produtos similares. Nesse sentido, setores tradicionais da indústria brasileira que produziam em plantas industriais obsoletas perderam o mercado interno e precisaram reestruturar-se para permanecer no mundo globalizado em que se inseria a economia brasileira.

O parque industrial têxtil do Brasil, setor tradicional e dinamizador da economia do país por muitos anos, enfrentou forte concorrência, principalmente de produtos asiáticos, tendo que passar por transformações significativas em sua estrutura organizacional e de localização. Nesse contexto, desde o início dos anos 1990, observa-se o processo de deslocamento de indústrias do Sul e do Sudeste do país para o Nordeste, graças esta ser uma região historicamente reconhecida por ofertar mão-de-obra barata e abundante, seja através do processo de migração de pessoas, seja pelo fato de receber atividades produtivas com o propósito de encontrar força de trabalho menos onerosa, além de disciplinada. Isto porque seus sindicatos, em grande maioria, são menos combativos.

Com a intensificação da concorrência no setor têxtil, além da reestruturação produtiva, novas formas de organização da produção e do trabalho, inovação tecnológica, entre outras, a busca por redução de custos de produção ampliou o número de estabelecimentos no Nordeste e em regiões estratégicas do país. Por esse setor ser, notadamente, intensivo em mão-de-obra, tornaram-se mais precárias as condições de vida da mão-de-obra empregada nesse setor de atividade, especialmente nos estados do Nordeste, em comparação com os do Sul e Sudeste do país.

A partir desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar e comparar o perfil da indústria e do emprego formal no setor têxtil, em dois estados brasileiros: Santa Catarina e o Ceará. A escolha justifica-se em função de ambos serem os estados da região Sul e Nordeste que mais empregam trabalhadores na indústria têxtil em suas regiões, destacando-se entre os maiores produtores no país. A hipótese da pesquisa é de que houve aumento no número de estabelecimentos no setor, nos dois estados, seguido da precarização dos novos postos de trabalho abertos, a partir da desvalorização dos salários dos trabalhadores e da alta rotatividade.

Utilizou-se como base de dados a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), nos anos de 1998 a 2008. No tocante às características da indústria foram tabulados dados referentes ao número de estabelecimentos industriais, número de trabalhadores por setor da indústria de transformação, quantidade de

empregados na indústria têxtil e tamanho dos estabelecimentos. Para traçar o perfil dos trabalhadores da indústria têxtil de Santa Catarina e do Ceará, tabulou-se dados para as variáveis sexo, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de permanência no emprego e faixa de rendimento.

Para atingir tal objetivo, o artigo está assim estruturado: além dessa introdução, na segunda seção, apresenta-se a discussão acerca da abertura econômica e do processo de reestruturação produtiva na indústria têxtil; na terceira, mostram-se as configurações no mundo do trabalho à luz da reestruturação produtiva, a partir da literatura vigente; na quarta seção, procura-se traçar e comparar o perfil da indústria têxtil e dos trabalhadores nela empregados em Santa Catarina e no Ceará, nos anos de 1998 a 2008; e, por último, fazem-se as considerações finais.

2. Breve Considerações Acerca da Reestruturação da Indústria e Novas Configurações no Emprego Formal

As transformações econômicas vivenciadas pela economia brasileira nos anos de 1990 provocaram novas configurações no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva repercutiu acentuadamente no novo perfil de mão-de-obra em todos os setores de atividade econômica do país. No caso da indústria têxtil, a abertura econômica impulsionou com maior expressividade as conseqüências do processo de reconfiguração estrutural aos trabalhadores deste setor.

A reestruturação implementada em vários setores da cadeia produtiva, além de reduzir a contratação de mão-de-obra, modificou os novos processos de contratação de trabalhadores. O ganho de competitividade da indústria brasileira ocorreu com a desestruturação das condições de trabalho a partir dos anos 1990 (BARBOSA e NOGUEIRA JÚNIOR, 2009). De acordo com Barbosa e Nogueira Junior (2009, p. 3):

A redução da força de trabalho nas áreas de maior competição consiste em uma “estratégia defensiva”, onde a elevação da produtividade da mão-de-obra constitui fenômeno derivado das mudanças após a abertura comercial comum aos setores de transformação no Brasil. Além disso, o enxugamento dos impasses, através da redução de estruturas constitui essa segunda forma de estratégia empresarial em face do acirramento da concorrência seja interna ou de produtores estrangeiros.

As estratégias empresariais utilizadas impactaram fortemente sobre “o mundo do trabalho”, e nesse caso específicas sobre a indústria têxtil. Conforme acrescenta KON e COAN (2005, p. 23):

Esta modernização levou a um processo de redução de empregos e de concentração produtiva em grandes empresas, o que conferiu a indústria têxtil brasileira a característica de capital-intensiva, ao modificar continuamente a relação capital/trabalho para o setor, tendência que se acentuou na década de 1990.

A redução do emprego na indústria têxtil foi observada, notadamente, nos setores de fiação, tecelagem e malharia. Segundo Kon e Coan (2004), a redução da mão-de-obra foi acentuada, uma vez que os setores citados empregavam 890 mil trabalhadores em 1990, reduzindo-os significativamente para aproximadamente 300 mil trabalhadores em 1999. As conseqüências foram além da redução dos postos de trabalho, pois as condições de trabalho foram modificadas. Conforme Pochmann (1999), na década de 1990, aumentou a produtividade da mão-de-obra, sem, no entanto, aumentar a participação dela no produto real do trabalho, ao contrário; reduziu-se a participação do salário real no produto, contribuindo para a desestruturação do mercado do trabalho.

A “ideologia de país globalizado” provocou conseqüências no processo de atuação das organizações que tinham como objetivo a defesa da classe trabalhadora, e, acentuadamente foi disseminado o ideal de mão-de-obra desqualificada como dogma para justificar a ausência de atividades governamentais que possibilitassem a inclusão dos trabalhadores que haviam perdido seus postos de trabalho a partir do processo de abertura econômica (DEDECCA e ROSANDISKI, 2006).

Os setores de atividade econômica intensivos em mão-de-obra passaram a contratar através de novos processos, como, por exemplo, subcontratados, dentro deste o contrato em tempo parcial, contrato por produtividade, além de outros (NEVES E PEDROSA, 2007).

3. Abertura Econômica e Reestruturação Produtiva da Indústria Têxtil

O processo de reestruturação produtiva da indústria têxtil brasileira ocorreu notadamente a partir da abertura econômica entre o final dos anos 1980 e inícios da década de 1990. Houve a necessidade de o setor adaptar-se às novas formas de produção que lhe conferissem melhor posição na concorrência com produtos intencionais, principalmente asiáticos, que, em larga escala, “inundaram” o mercado brasileiro mediante a redução de tarifas de importação. (KON e COAN, 2004). Os produtos asiáticos encontraram um mercado consumidor, impulsionado pela estabilização dos preços e pelo aumento do poder de compra

da população de baixa renda, a partir da estabilização da economia brasileira com o Plano Real.

O processo de restauração da produção têxtil no Brasil ocorreu, sobretudo, pela expansão da atividade produtiva para outras regiões do país, onde alguns fatores foram determinantes para a redução de custos. Dentre estes, a mão-de-obra, e, concomitante a isso, o aumento da competitividade. Segundo Kon e Coan (2004), observou-se o deslocamento de plantas industriais das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste, visto que em alguns estados dessa região, além de incentivos fiscais, as unidades incentivaram a capacitação de mão-de-obra através da criação de programas de qualificação voltados ao exercício das atividades nesse setor de produção (KON e COAN, 2004).

Com a reespecialização da indústria têxtil, a partir dos anos de 1990, pode-se observar que, além de implantação de tecnologia no parque fabril, a migração de atividades para outras regiões seria uma alternativa para sobreviver à concorrência acirrada que esse setor enfrentava. Segundo Campos, Moutinho e Campos (2009, p. 6):

[...] Para o caso da indústria têxtil, deve-se entender o uso de reestruturação produtiva dentro do contexto de localização industrial. O processo de realocação está inteiramente aliado à reestruturação produtiva. Muitas vezes, a reestruturação envolve o abandono de plantas obsoletas. É natural que a montagem da nova planta, feita nos moldes da reestruturação produtiva, ocorra em regiões onde os fatores competitivos ligados à localização de indústrias apresentando-se favoráveis. [...] as firmas, na busca de maior competitividade empreendem medidas [...] que, no limite, podem envolver a escolha de novas localizações onde os fatores estruturais e sistêmicos sejam melhores.

Na região Nordeste ocorreu aumento significativo no número de indústrias têxteis que migraram do Sul e Sudeste, notadamente do vale do Itajaí em Santa Catarina e de cidades do interior paulista. Observa-se também aumento significativo do tamanho das plantas industriais. No caso do Ceará, a grande indústria têxtil é a que mais emprega (Tabela 3), conforme os dados da RAIS/MTE.

Dessa forma, atribui-se à abertura econômica o processo pelo qual tem passado a atividade industrial do país, que, segundo Saraiva, Pimenta e Corrêa (2005), absorveu os impactos da globalização com intensidade superior aos demais setores da economia. Nesse contexto, foi inevitável o fechamento de algumas plantas industriais, sobretudo em atividades do setor têxtil que operava com estruturas obsoletas e sob a égide da proteção do governo contra a concorrência através da tarifa para importação (KON e COAN, 2005).

Assim, foi necessária a otimização dos recursos, a reespecialização e a busca por mão-de-obra com custos menos elevados. Saraiva, Pimenta e Corrêa (2005, p. 70) acrescentam que:

A reestruturação produtiva é basicamente resultado da combinação de dois fatores. Em Primeiro lugar, as inovações de base microeletrônica que revolucionaram a maneira pela qual o trabalho é organizado, entretanto profundamente os princípios tayloristas de configuração de tarefas [...] a esse aspecto soma-se a questão da flexibilidade, manifestações em termos de organização produtiva de composição da mão-de-obra e de nível de produção.

Conforme a citação acima, para manterem-se competitivas, as indústrias do setor têxtil em um primeiro momento investiram em inovação tecnológica, bem como na reespecialização de suas atividades. Destaca-se que o primeiro fator, evidentemente, foi observado em toda a cadeia têxtil nacional. Já a realocização se concentrou em algumas “ilhas do setor têxtil” nos estados do Nordeste, notadamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, unidades que tradicionalmente já desenvolvem essa atividade, impostas por generosos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Governo e por mão-de-obra barata. Tudo isso concorreu para a migração de elevado número de indústrias têxteis do Sul e do Sudeste.

A realocização da atividade têxtil no Nordeste não garantiu, no entanto, a integração das indústrias do setor e nem mesmo no país, antes do final da década. Foi essa a diferença da produção asiática, que, através de sistemas de parcerias entre as unidades de cadeia, conseguiu aumentar a produtividade e expandir por mais países em todo o mundo. No caso do Nordeste, a criação de elos entre as indústrias da cadeia produtiva era, no mínimo, necessária para garantir a permanência no mercado (CAMPOS, MOUTINHO e CAMPOS 2009). Entretanto:

A indústria têxtil nordestina tem avançado no sentido da sua verticalização produtiva, principalmente, no contexto da cadeia produtiva de fiação e tecelagem. Contudo, a integração desta com a indústria de transformação não é considerada satisfatória. A verticalização da produção (fiação-tecelagem/ malharia-confecção) é mais comum entre malharias. Citam-se como exemplo de integração no setor têxtil no Nordeste a FIBRASIL (PE) e a LUN's (CE) e a COTEMINAS (PB e RN). Existem recentemente experiências de verticalização de produção através de novas formas como é o caso da empresa cearense Jangadeiro Têxtil S.A. e a Cooperativa de Confecções que mantém relações produtivas com ela (BANCO DO NORDESTE, 1999, p. 35, Apud CAMPOS, MOUTINHO E CAMPOS, 2009, p. 8).

Vale frisar que a ausência de interação, em maior ou menor escala, da indústria têxtil do Brasil, foi o fator determinante do fechamento de algumas unidades após o processo de abertura econômica. A fragilidade da indústria têxtil nacional, tanto em organização produtiva

quanto em estrutura operacional, impôs limites à expansão da atividade nos primeiros anos da globalização econômica e repercutiu negativamente no processo de concorrência que o setor teve que enfrentar. Isso determinou a absoluta redução da produção e a conseqüente desestruturação do setor (KON e COAN, 2004).

4. Características da Indústria Têxtil Catarinense e Cearense - 1998/2008

Os dados da Tabela 1 ilustram a evolução no número de estabelecimentos abertos na indústria de transformação em Santa Catarina e no Ceará. Em 1998, o estado de Santa Catarina tinha 18.238 unidades produtivas, aumentando em dez anos para 30.886 estabelecimentos, um crescimento de 69,35% entre 1998-2008. No caso do Ceará, este apresenta crescimento (67,85%) semelhante ao de Santa Catarina, ao passar de 5.421 indústrias de transformação em 1998 para 18.238 unidades em 2008. Todavia, em termos absolutos, o estado do Sul apresenta, em 2008, mais de 12.000 estabelecimentos quando comparado ao Ceará.

Tabela – 1
Número de Estabelecimentos na Indústria de Transformação
Santa Catarina e Ceará - 1998/2008

Nº ESTAB	1998				2008				VAR	VAR
	CE		SC		CE		SC			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
EXT MINERAL	102	1,88	327	1,79	137	1,51	405	1,31	34,31	23,85
MIN NAO MET	388	7,16	1.430	7,84	573	6,30	1.974	6,39	47,68	38,04
IND METALUR	328	6,05	1.760	9,65	622	6,84	3.337	10,80	89,63	89,60
IND MECANIC	94	1,73	610	3,34	200	2,20	1.709	5,53	112,77	180,16
ELET E COMU	37	0,68	208	1,14	69	0,76	410	1,33	86,49	97,12
MAT TRANSP	58	1,07	285	1,56	94	1,03	442	1,43	62,07	55,09
MAD E MOBI	426	7,86	3.986	21,86	597	6,56	5.001	16,19	40,14	25,46
PAPEL E GRA	320	5,90	802	4,40	579	6,36	1.612	5,22	80,94	101,00
BOR FUM CO	188	3,47	496	2,72	397	4,36	942	3,05	111,17	89,92
IND QUIMICA	301	5,55	871	4,78	470	5,17	1.620	5,25	56,15	85,99
IND TEXTIL	1.647	30,38	4.329	23,74	2.984	32,79	8.328	26,96	81,18	92,38
IND CALCAD	149	2,75	225	1,23	302	3,32	368	1,19	102,68	63,56
ALIM E BEB	1.273	23,48	2.577	14,13	1.935	21,27	4.216	13,65	52,00	63,60
SER UTIL PU	110	2,03	332	1,82	140	1,54	522	1,69	27,27	57,23
Total	5.421	100,00	18.238	100,00	9.099	100,00	30.886	100,00	67,85	69,35

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Ao longo desses dez anos, poucas mudanças foram observadas na participação relativa das principais atividades econômicas da indústria de transformação, para Santa Catarina e

para o Ceará. Em 1998, Santa Catarina já concentra suas unidades produtivas na indústria têxtil (23,72%), no setor de madeira e mobiliário (21,86%) e no ramo de alimentação e bebidas (14,13%), perfazendo um total de 60,21%. Em 2008, o setor têxtil (26,96%), a indústria de madeira e mobiliário (16,19%) e o ramo de alimentação e bebidas (13,65%) continuam destacando-se com 56,8% do total de unidades produtivas, apesar da ligeira diminuição, ao passar de 60,21% em 1998 para 56,8% em 2008. No caso do Ceará, a concentração dos estabelecimentos é maior, apenas em dois setores: indústria têxtil (30,38%) e alimentação e bebidas (23,48%), que em 1998 representa 53,86% de suas unidades produtivas, aumentando ligeiramente para 54,06% em 2008.

Dos quatorze setores da indústria de transformação, entre 1998/2008, o estado do Ceará apresentou em sete deles taxa de crescimento superior à do estado de Santa Catarina. Foram eles: extrativa mineral (34,81% contra 23,85%), minerais não metálicos (47,68% contra 38,04%), indústria metalúrgica (89,63% contra 89,60%), materiais e transportes (62,07% contra 55,09%), madeira e mobiliário (40,14% contra 25,46%), borracha, fumo e couro (11,17% contra 89,92%) e indústria de calçados (102,35% contra 63,56%).

Nota-se que, no ano de 1998 e de 2008, dos quatorze setores da indústria de transformação, o setor calçadista foi o único que gerou, em termos absolutos, mais empregos no Ceará do que em Santa Catarina, resultado da transferência de unidades produtivas do Sul e do Sudeste para o Nordeste. Atribui-se o fato ao processo de atração de indústrias de calçados para o Ceará, às reformulações do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI)¹ que busca atrair indústrias de grande porte e intensivas em mão-de-obra, notadamente para o interior do estado do Ceará (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009). Ou seja, além da indústria têxtil, o setor de calçados é outro ramo chave para a geração de empregos no mercado de trabalho cearense.

Por sua vez, Santa Catarina apresentou taxa de crescimento superior ao Ceará nos setores da indústria mecânica (180,76% contra 112,77%), elétricos e comunicação (97,12% contra 86,49%), papel e gráfica (101,00% contra 80,94%), indústria de alimentos e bebidas (63,60% contra 52,00%), serviços de utilidade pública (57,23% contra 27,27%) e finalmente na indústria têxtil, objeto dessa investigação científica, (92,38% contra 81,18%).

No caso de Santa Catarina, além da indústria têxtil - atividade da indústria de transformação que mais emprega nos anos de 1998 e 2008, ressalta-se a importância do ramo

¹ Sobre os FDIs, Ver Silva Filho e Queiroz (2009), Pontes, Vianna e Holanda (2006)

de alimentos e bebidas que passa de 14,92% da mão-de-obra empregada nesse atividade em 1998 para 17,58% em 2008.

De fato, os dados indicam expansão para o número de indústrias têxteis abertas, em ambos os Estados, ao longo da série, o que justifica, certamente, uma análise mais apurada das características socioeconômicas da mão-de-obra empregada nessa atividade, que por sua vez é a que mais emprega, dentre todos os setores da indústria de transformação, em Santa Catarina e no Ceará (Tabela 2).

Em 1998, Santa Catarina empregava 25,23% de sua mão-de-obra no setor têxtil e o Ceará 29,44%. No ano de 2008, Santa Catarina aumenta levemente para 25,57% a sua participação na geração de empregos na indústria têxtil, enquanto o Ceará a reduz ligeiramente para 27,91%. Entretanto, cabe destacar que esse setor, em termos absolutos, emprega mais mão-de-obra em Santa Catarina (155.134) do que no Ceará (62.706), como também a taxa de crescimento foi superior para o estado do Sul com variação de 85,62% contra 62,92% para o estado do Nordeste, entre 1998/2008.

Tabela – 2
Número de Trabalhadores por Setor da Indústria de Transformação
Santa Catarina e Ceará – 1998/2008

Nº EMPREGOS	1998				2008				CE	SC
	CE		SC		CE		SC			
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		
EXTR MINERAL	1.969	1,51	4.657	1,41	2.600	1,16	7.711	1,27	32,05	65,58
MIN NAO MET	6.916	5,29	21.214	6,40	9.976	4,44	30.198	4,98	44,25	42,35
IND METALURG	6.399	4,89	21.253	6,42	11.395	5,07	49.569	8,17	78,07	133,23
IND MECANICA	2.378	1,82	20.737	6,26	3.831	1,71	45.430	7,49	61,10	119,08
ELET E COMUN	1.546	1,18	9.182	2,77	2.278	1,01	21.763	3,59	47,35	137,02
MAT TRANSP	1.087	0,83	7.432	2,24	3.000	1,34	16.569	2,73	175,99	122,94
MAD E MOBIL	4.401	3,37	52.276	15,78	6.614	2,94	66.138	10,90	50,28	26,52
PAPEL E GRAF	4.419	3,38	17.498	5,28	7.004	3,12	26.892	4,43	58,50	53,69
BOR FUM COUR	2.449	1,87	5.463	1,65	6.626	2,95	14.343	2,36	170,56	162,55
IND QUIMICA	5.963	4,56	22.248	6,72	11.498	5,12	41.569	6,85	92,82	86,84
IND TÊXTIL	38.490	29,44	83.577	25,23	62.706	27,91	155.134	25,57	62,92	85,62
IND CALÇADOS	20.243	15,48	2.842	0,86	49.832	22,18	7.316	1,21	146,17	157,42
ALIM E BEB	27.102	20,73	49.408	14,92	40.782	18,15	106.689	17,58	50,48	115,93
SER UTIL PUB	7.377	5,64	13.462	4,06	6.518	2,90	17.453	2,88	-11,64	29,65
Total	130.739	100,00	331.249	100,00	224.660	100,00	606.774	100,00	71,84	83,18

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Os dados apresentados até o momento referem-se a todos os setores da indústria de transformação, procurando apontar a importância da indústria têxtil na geração de empregos em Santa Catarina e no Ceará. Os dados abaixo retratam apenas a dinâmica da indústria têxtil nos dois Estados.

Conforme a Tabela 3, que apresenta o número de trabalhadores na indústria têxtil segundo o tamanho das unidades produtivas, o Ceará, que, em 2008, empregava 17,22% de sua mão-de-obra na indústria têxtil de micro porte, eleva-se, em 2008, para 19,37%. Já Santa Catarina sobe de 18,17% em 1998 para 21,97% em 2008.

Tabela – 3
Número de Trabalhadores na Indústria têxtil Segundo o Tamanho do Estabelecimento
Santa Catarina e Ceará– 1998/2008

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
MICRO ATÉ 19	6.629	17,22	15.183	18,17	12.146	19,37	34.087	21,97
PEQUENA (20 A 99)	8.689	22,57	21.564	25,80	18.591	29,65	43.421	27,99
MÉDIA (100 A 499)	8.986	23,35	19.965	23,89	12.282	19,59	38.045	24,52
GRANDE (ACIMA DE 500)	14.186	36,86	26.865	32,14	19.687	31,40	39.581	25,51
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Na pequena indústria, a dinâmica foi a mesma tanto para o Ceará quanto para Santa Catarina, com expansão na participação da indústria de pequeno porte na geração de empregos. O primeiro estado empregava, em 1998, 22,57% da mão-de-obra em estabelecimento de pequeno porte e passa a empregar, em 2008, 29,65%; Santa Catarina sai de 25,80% em 1998 para 27,99% em 2008.

Nos estabelecimentos de médio porte, que empregam de 100 a 499 trabalhadores, o Ceará reduz a sua participação percentual da mão-de-obra empregada de 23,35% para 19,59% e Santa Catarina aumenta de 23,89% para 24,52%, nos anos de 1998 e 2008, respectivamente.

A grande indústria têxtil reduz a participação percentual no estado do Ceará de 36,86% em 1998 para 31,40% em 2008 e o estado do Sul também reduz, porém a redução foi mais acentuada do que o Nordeste, quando sai de 32,14% em 1998 para 25,51% em 2008. Kon e Coan (2004) afirmam que a reestruturação produtiva acabou por concentrar a produção têxtil em grandes empresas do setor. De fato, tal concentração é observada para a indústria têxtil catarinense e cearense, apesar de os dados acima apresentarem, entre 1998/2008, diminuição na participação da indústria de grande porte têxtil na geração de empregos no Ceará, e notadamente para Santa Catarina.

Diante do exposto observa-se que, no Ceará, a grande indústria têxtil é responsável pelo maior percentual de mão-de-obra empregada em tal atividade em 1998 e em 2008. Já em Santa Catarina, essa indústria perde participação, e a pequena unidade produtiva passa a

predominar em geração de postos de trabalho no ano de 2008. Essa dinâmica, por um lado, pode ser resultado da desverticalização da produção ou do modelo de acumulação flexível onde às indústrias produz em menores unidades, como no caso de Santa Catarina, por outro lado, pode indicar que as indústrias têxteis que se deslocaram do Sul e Sudeste do país para o Ceará são em sua maioria de grande porte.

5. Comparativo entre o Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores da Indústria Têxtil Catarinense e Cearense – 1998/2008

Os dados da Tabela 4 apresentam o número de trabalhadores da indústria têxtil, segundo o sexo. A análise desagregada por sexo aponta que tanto em Santa Catarina quanto no Ceará, nos anos de 1998 a 2008, a mão-de-obra feminina predominava. Para o estado do Nordeste, em 1998, 56,73% dos trabalhadores da indústria têxtil eram mulheres e 62,32% no estado do Sul, contra 43,27% para o primeiro e 37,68% para o segundo estado, de mão-de-obra masculina empregada. Observe-se que, no ano de 1998, a participação feminina na indústria têxtil catarinense era superior à cearense.

Tabela – 4
Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil Segundo Sexo
Santa Catarina e Ceará – 1998/2008

SEXO	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
MASCULINO	16.655	43,27	31.494	37,68	25.684	40,96	56.319	36,30
FEMININO	21.835	56,73	52.083	62,32	37.022	59,04	98.815	63,70
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

No ano de 2008, a mão-de-obra feminina aumenta a sua participação nesse setor de atividade econômica. No Ceará, 59,04% da mão-de-obra têxtil era feminina em 2008, contra 40,96% de mão-de-obra masculina. Em Santa Catarina, a tendência foi a mesma, com 63,70% das vagas ocupadas por mulheres e 36,30% por homens. Cabe destacar que nesse setor, caracterizado como atividade que renumera com baixos salários, a mulher acaba por exercer dupla jornada (DEDECCA, 2009) de trabalho e reduz o tempo de atividade para reprodução social². Porém, são elas motivadas pela necessidade de aumento de renda, ou em alguns casos,

² Sobre o Trabalho para Reprodução Social ver Dedecca (2009)

são mulheres que precisam trabalhar por serem chefes de família (LEONE, 2003) em virtude da ausência paterna no ambiente familiar.

Em suma, movidas por questões econômicas e pessoais como complemento da renda familiar, independência financeira, aumento do nível de escolaridade, criação de novos postos de trabalhos compatíveis às aptidões femininas, mudança no papel da mulher na sociedade, utilização de métodos contraceptivos ou assumirem, em muitos casos, o papel de chefe de família, constata-se aumento, ainda que de forma lenta, na participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em atividades que tradicionalmente emprega mais mulheres, como é o caso da indústria têxtil (ARRAIS, QUEIROZ e ALVES, 2008).

No tocante à faixa etária, os dados mostram que, em 1998, no Ceará, 0,88% da mão-de-obra tinham até 17 anos, contra 6,09% em Santa Catarina. No ano de 2008, reduz-se o percentual de trabalhadores com até 17 anos em ambos os estados, porém Santa Catarina ainda permanece com 4,37% de sua mão-de-obra nessa faixa etária, contra somente 0,30% no Ceará. Provavelmente a explicação para o estado de Santa Catarina empregar mais trabalhador jovem do que o estado cearense está no fato de que, naquele estado, existem políticas públicas mais eficazes ao incentivo do primeiro emprego, maior demanda de mão-de-obra jovem por parte da indústria têxtil, ou as necessidades financeiras “obriguem” esses jovens a ingressar mais cedo no mercado de trabalho, com o comprometimento parcial de seus estudos.

Tabela – 5
Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil Segundo Faixa Etária
Santa Catarina e Ceará – 1998/2008

FAIXA ETÁRIA	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
ATÉ 17	340	0,88	5.090	6,09	188	0,30	6.775	4,37
18 A 24	9.041	23,49	23.222	27,79	14.393	22,95	41.189	26,55
25 A 29	8.473	22,01	15.754	18,85	13.901	22,17	27.050	17,44
30 A 39	13.927	36,18	25.913	31,00	19.081	30,43	40.317	25,99
40 A 49	5.473	14,22	11.197	13,40	11.475	18,30	30.291	19,53
50 A 64	1.173	3,05	2.318	2,77	3.595	5,73	9.322	6,01
65 OU MAIS	43	0,11	72	0,09	73	0,12	190	0,12
IGNORADO	20	0,05	11	0,01	0	0,00	0	0,00
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Para a mão-de-obra entre 18 e 24 anos houve ligeira redução percentual da participação na força de trabalho têxtil nos dois estados. O Ceará sai de 23,49% em 1998 para

22,95% em 2008 e Santa Catarina passa de 27,79% para 26,55% nos anos já citados. Cabe destacar que, em Santa Catarina, essa é a faixa etária com o maior percentual de trabalhadores empregados no setor têxtil em 2008. No Ceará, a faixa etária que mais emprega localiza-se entre 30 e 39 anos, tanto em 1998 (36,18%) quanto em 2008 (30,43%). Em Santa Catarina, 31% da mão-de-obra estavam nessa faixa etária em 1998, reduzindo-se para 25,99% no ano de 2008.

Importa realçar o aumento no percentual de trabalhadores com idade entre 50 a 64 anos, na indústria têxtil, nos dois estados em análise. O Ceará, que empregava 3,05% de sua mão-de-obra na indústria têxtil na faixa etária de 50 a 64 anos em 1998, passa a empregar 5,73% em 2008; Santa Catarina que empregava 2,77% em 1998, eleva esse emprego para 6,01% em 2008. Para o último estado, a elevação percentual foi ainda maior. Acrescente-se que também se elevou o percentual de trabalhadores, nos dois estados, com 65 anos ou mais. Segundo Silva Filho e Queiroz (2009), isso pode ser consequência da necessidade de tais trabalhadores permanecerem na ativa, mesmo depois de aposentados, pois em inúmeros domicílios os recursos financeiros advindos da previdência (aposentadorias, pensões e o Benefício de Prestação Continuada - BPC) representam à única renda da família.

Com relação ao nível de escolaridade da mão-de-obra formal empregada na indústria têxtil cearense e catarinense, verifica-se que os trabalhadores analfabetos, tanto em 1998 quanto em 2008, são os que menos se encontram empregados na indústria têxtil de ambos os estados, não chegando no último ano sequer a 0,5% em ambos os estados.

Trabalhadores com a 4ª série incompleta, em 1998, o estado do Nordeste tinha 7,25% de sua mão-de-obra, contra apenas 3,11% no estado do Sul. Em 2008, o percentual com esse nível de escolaridade se reduz nos dois estados, alcançando 1,51% no Ceará e 1,42% na indústria têxtil catarinense. Aqueles trabalhadores que tinham a 4ª série completa representavam 9,34% da mão-de-obra empregada, em 1998, na indústria têxtil cearense, contra 22,63% em Santa Catarina - o que demonstra elevado percentual de trabalhadores no Sul com esse nível de escolaridade. Em 2008, reduz-se significativamente o percentual de trabalhadores com esse nível de escolaridade, em ambos os estados, com apenas 2,29% no Ceará contra 7,85% na indústria têxtil catarinense.

Ao se somar as faixas de escolaridade - 8ª série incompleta e 8ª série completa, em 1998, o estado do Ceará contava com 56,84% de sua força produtiva nesse nível de escolaridade, contra 49,76% em Santa Catarina, caindo para 36,67%, em 2008, no Ceará, e 35,83%, em Santa Catarina.

Nesse sentido, observa-se aumento no número de trabalhadores mais escolarizados na indústria têxtil nos dois estados em análise. O Ceará aumentou de 8,42% o seu número de trabalhadores com 2º grau incompleto, em 1998, para 12,77%, em 2008. Para esse mesmo nível de escolaridade, Santa Catarina apresenta dinâmica semelhante ao passar de 10,44% em 1998, para 14,65% em 2008.

Tabela – 6
Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil Segundo Escolaridade
Santa Catarina e Ceará – 1998/2008

ESCOLARIDADE	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
ANALFABETO	712	1,85	509	0,61	202	0,32	314	0,20
4.SER INCOMP	2.789	7,25	2.596	3,11	949	1,51	2.197	1,42
4.SER COMP	3.595	9,34	18.911	22,63	1.434	2,29	12.181	7,85
8.SER INCOMP	10.763	27,96	17.876	21,39	6.924	11,04	19.378	12,49
8.SER COMP	11.114	28,88	23.714	28,37	16.069	25,63	39.306	25,34
2.GR INCOMP	3.239	8,42	8.723	10,44	8.010	12,77	22.733	14,65
2.GR COMP	5.317	13,81	8.552	10,23	27.223	43,41	49.805	32,10
SUP. INCOMP	273	0,71	1.260	1,51	861	1,37	4.826	3,11
SUP. COMP	657	1,71	1.413	1,69	1.024	1,63	4.383	2,83
MESTRADO	0	0,00	0	0,00	10	0,02	10	0,01
DOCTORADO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,00
IGNORADO	31	0,08	23	0,03	0	0,00	0	0,00
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Durante o período em estudo, o que chama a atenção é a elevação na proporção e no número de trabalhadores com o 2º Grau Completo. Na têxtil cearense, em 1998, 13,81% de sua mão-de-obra empregada tinha o segundo grau completo, elevando-se significativamente para 43,41%. Já o estado de Santa Catarina saiu de 10,23% para 32,10% no mesmo período. No estado do Sul, o percentual nesse nível de escolaridade é menor do que no estado do Nordeste. Entretanto, para os níveis de escolaridade mais elevados - superior incompleto e superior completo - a indústria têxtil catarinense apresenta maior percentual que a têxtil cearense. Confirma-se assim que: “a melhoria no nível educacional comprova a discussão da reestruturação produtiva que entende que o novo paradigma produtivo, baseado na microeletrônica, exige maior nível educacional dos trabalhadores” (CAMPO, MOUTINHO e CAMPOS, 2009, P. 11)

Os dados também mostram que somente, em 2008, a indústria têxtil cearense e a têxtil catarinense apresentam empregados com a titulação de mestre, sendo 10 trabalhadores em cada estado. Esses resultados refletem principalmente as exigências do mercado, que impõe as

indústrias têxteis que se modernizem e se adaptem ao processo de globalização e de abertura econômica e financeira, mediante a contratação de trabalhadores cada vez mais qualificados, ainda que seja na indústria têxtil, caracterizada por ser intensiva em mão-de-obra.

Os dados da Tabela 7 são referentes ao tempo de permanência da mão-de-obra empregada na indústria têxtil do Ceará e de Santa Catarina. Os resultados apontam para alta rotatividade e/ou pouco tempo de permanência dos trabalhadores empregados no setor têxtil catarinense e cearense. Em 1998, 36,16% dos trabalhadores na indústria têxtil cearense e 29,88% no setor têxtil catarinense ficaram empregados por menos de um ano, e em 2008, eleva-se para 38,08% no Ceará e 35,62% em Santa Catarina, evidenciando, ao longo desses dez anos em análise aumento da precarização em ambos os estados.

Para os que passavam mais de 1 e menos de 3 anos, o percentual também foi elevado. No Ceará, 19,67% em 1998, e 20,14% em 2008. Em Santa Catarina, 14,40% e 19,67% em 1998 e em 2008, respectivamente. No trabalho realizado anteriormente por Campos, Moutinho e Campos (2009) foram encontrados resultados semelhantes para a indústria têxtil da região Nordeste.

Tabela – 7
Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil Segundo o Tempo de Serviço
Santa Catarina e Ceará – 1998/2008

FAIX TEMP EMP	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
ATÉ 1 ANO	13.918	36,16	24.971	29,88	23.880	38,08	55.251	35,62
MAIS DE 1 A MENOS DE 2	7.613	19,78	14.543	17,40	12.629	20,14	30.522	19,67
MAIS DE 2 A MENOS DE 5	10.094	26,22	22.578	27,01	13.736	21,91	39.078	25,19
MAIS DE 5 A MENOS DE 10	4.152	10,79	11.843	14,17	8.582	13,69	18.154	11,70
MAIS DE 10 ANOS	2.699	7,01	9.631	11,52	3.875	6,18	12.122	7,81
IGNORADO	14	0,04	11	0,01	4	0,01	7	0,00
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

No caso da mão-de-obra que permanecia empregada por mais de 2 e menos de 5 anos, ocorreu redução percentual tanto no Ceará (de 26,22% para 21,19%) quanto em Santa Catarina (de 27,01% para 25,19%) entre os anos de 1998 e 2008, respectivamente. Já na faixa de permanência de mais de 5 a menos de 10 anos, o Ceará aumenta a participação percentual de empregados (de 10,97% para 13,69%) e Santa Catarina a reduz (de 14,17% para 11,70%), nos anos analisados.

Destaca-se ainda que, no ano de 2008, somente 6,18% no Ceará e 7,81% em Santa Catarina permaneciam empregados por mais de 10 anos na indústria têxtil, demonstrando

assim, elevada rotatividade da mão-de-obra empregada tanto no estado do Nordeste quanto no do Sul.

Baltar e Proni (1996, p. 119) afirmam que:

[...] a facilidade de contratar e demitir provoca no Brasil uma relação contratual muito flexível, que se traduz numa distribuição de empregados por tempo de serviço bastante concentrada nos anos iniciais. Ou seja, verifica-se um núcleo muito pequeno de trabalhadores com emprego estável e uma grande margem do conjunto dos ocupados [...]

Isto comprova a precarização e a instabilidade no mercado de trabalho, já que o emprego duradouro se encontra cada vez mais difícil, em virtude da substituição de profissionais experientes por funcionários mais jovens e com salários menores (ARRAIS; QUEIROZ; ALVES, 2008).

Sob a ótica da remuneração os dados da Tabela 8 mostram que, no ano de 1998, 3,75% dos trabalhadores empregados na indústria no Ceará e 1,21% em Santa Catarina recebiam rendimentos de até 1 salário mínimo. Em 2008, eleva-se o percentual na têxtil cearense para 10,59% e na catarinense para 1,60%, o que evidencia empobrecimento dos trabalhadores no período em estudo, com destaque para o Ceará.

Tabela – 8
Número de Trabalhadores na Indústria Têxtil Segundo Faixa Salarial
Santa Catarina e Ceará– 1998/2008

FAIXA REMUNERAÇÃO	1998				2008			
	CE		SC		CE		SC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
ATÉ 1 SM	1.443	3,75	1.012	1,21	6.642	10,59	2.486	1,60
MAIS DE 1 A 2 SM	25.705	66,78	19.234	23,01	51.053	81,42	88.047	56,76
MAIS DE 2 A 4 SM	7.813	20,30	41.130	49,21	3.210	5,12	50.040	32,26
MAIS DE 4 A 7 SM	1.743	4,53	16.207	19,39	941	1,50	7.968	5,14
MAIS DE 7 A 15 SM	1.166	3,03	4.623	5,53	403	0,64	2.279	1,47
MAIS DE 15 A 20 SM	254	0,66	483	0,58	38	0,06	190	0,12
MAIS DE 20 SM	315	0,82	606	0,73	47	0,07	292	0,19
IGNORADO	51	0,13	282	0,34	372	0,59	3.832	2,47
Total	38.490	100,00	83.577	100,00	62.706	100,00	155.134	100,00

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados da RAIS/MTE

Para aqueles que auferiam mais de 1 até 2 SM, as disparidades entre os rendimentos em Santa Catarina e o Ceará aumentam. Em 1998, 66,78% da força de trabalho empregada na indústria têxtil cearense recebiam essa faixa de rendimento, contra 23,02% em Santa Catarina. No ano de 2008, a precarização se intensifica, dado que o percentual de trabalhadores na

indústria têxtil cearense eleva-se para 81,42% contra 56,76% na catarinense, sendo, portanto, a faixa de rendimento que mais emprega em ambos os estados.

Isso significa que entre 1998/2008 houve aumento de 14,64% para o Ceará e de 33,75% para Santa Catarina, na proporção de trabalhadores com remuneração de 1 até 2 SM. Ainda assim o Ceará quando comparado à Santa Catarina apresenta maior percentual de trabalhadores com rendimentos entre 1 até 2 SM; porém, o aumento no número de trabalhadores nessa faixa salarial no estado do Sul foi superior.

Ao longo dos dez anos em estudo (1998/2008), fica evidente o empobrecimento dos trabalhadores da indústria têxtil catarinense e cearense. No Ceará, em 1998, 20,30% de sua mão-de-obra na indústria têxtil recebia mais de 2 a 4 salários mínimos, contra 49,21% em Santa Catarina. Em 2008, o percentual do primeiro reduz-se significativamente para 5,12% e do segundo cai para 32,26%. A mesma tendência foi observada para todas as demais faixas de rendimentos nos dois estados. Entretanto, a redução percentual foi mais acentuada para o estado do Ceará do que para Santa Catarina. Dessa forma, pode-se observar que o trabalhador têxtil é mal remunerado tanto no estado Sul quanto no estado do Nordeste, porém, com mais intensidade para o último, apesar da melhoria no nível educacional dos seus trabalhadores, sendo, portanto, um dos motivos da ida de indústrias das regiões mais desenvolvidas do país, para o Nordeste brasileiro.

5. Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo analisar e comparar a dinâmica da indústria têxtil e o perfil do trabalhador empregado nessa atividade em Santa Catarina no confronto com o Ceará, nos anos de 1998 a 2008. Os principais resultados apontam que entre 1998/2008 houve aumento no número de trabalhadores empregados em todos os setores da indústria de transformação nos dois estados em questão. Por sua vez, em dez anos, o número de estabelecimentos têxteis no Ceará cresceu 81,18%, e a sua capacidade de geração de empregos em 62,92%; já à catarinense cresceu em taxas superiores a cearense, 92,38% em número de estabelecimentos e 85,62% em geração de empregos.

No tocante ao perfil dos estabelecimentos, a grande indústria têxtil era a que mais empregava no Ceará, em 2008, com 31,40% da sua mão-de-obra. No caso da têxtil catarinense era o pequeno estabelecimento com 27,99% da mão-de-obra empregada. Destaca-se ainda que a mão-de-obra era predominantemente feminina tanto no Ceará quanto em Santa

Catarina, tanto em 1998 quanto em 2008. No último ano, 59,04% para o primeiro estado e 63,70% para o segundo eram trabalhadores do sexo feminino.

Observou-se melhoria no nível de escolaridade da mão-de-obra empregada ao longo dos dez anos, com 43,41%, no Ceará, e 32,10%, em Santa Catarina, possuindo o 2º grau completo em 2008, além do expressivo aumento no número de trabalhadores com ensino superior. Todavia, a rotatividade da mão-de-obra aumentou para os dois estados. No Ceará, 38,08%, e em Santa Catarina 35,62% dos trabalhadores permaneciam empregados por menos de 1 ano na indústria têxtil, como também aumentou o percentual da mão-de-obra com rendimentos de até 2 SM, com 92,01% no estado do Nordeste e, 58,36% no estado do Sul para o ano de 2008.

A partir do exposto, pode-se validar a hipótese da pesquisa, uma vez que mesmo com o aumento no nível educacional dos trabalhadores na indústria têxtil catarinense, e especialmente cearense, tal resultado não foi acompanhado de melhorias nas condições de vida do trabalhador desse setor da indústria. O trabalhador do setor têxtil se deparou com um quadro de aumento da rotatividade do emprego e de desvalorização dos seus salários. Ou seja, novas ocupações foram criadas entre 1998/2008, todavia, em 2008, o trabalhador ganha menos do que há dez anos atrás (1998), isto em ambos estados, sendo mais precário para o Ceará.

6. Referências Bibliográficas

ARRAIS, Ana Keila de Moura ; QUEIROZ, Silvana Nunes de ; C.L.B.Alves. **Emprego industrial formal: análise das regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004**. In: VI Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos-ABER. Aracaju, 2008.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; PRONI, Marcelo Weishaupt. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

BARBOSA, Mariza Z.; NOGUEIRA JÚNIOR, S. **Reestruturação produtiva da cadeia de produção de têxteis no Brasil e seus reflexos na cotonicultura**.

CAMPOS, Mabel Jaqueline Carmona de; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes; CAMPOS, Luís Henrique Romano de. **Reestruturação produtiva e qualidade do emprego formal na Indústria Têxtil: um estudo comparativo entre as regiões Nordeste e sul**. In: <<http://devel.fpabramo.org.br>> acesso em dezembro de 2009.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Regime de Trabalho uso de Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres**. In: [http:// www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf](http://www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf). Acesso em outubro de 2009.

_____; ROSANDISKI, Eliane Navaro. **Recuperação econômica e geração de empregos formais**. Revista Parcerias Estratégicas – Número 22- Junho 2006.

KON, Anita; COAN, Durval Colegari. **Transformações da Indústria Têxtil brasileira: A transição para a modernização**. Revista Economia Mackenzie. Ano, 3. nº 3. P. 11-34. 2004.

LEONE, Eugênia Troncoso. **O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. In: **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. (org) Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique. – São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicilio na indústria de confecções**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, Nº 1, p. 11-34, Jan/ABR, 2007.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século** – São Paulo: contexto, 1999.

SANTO, Valério Gomes dos. GARCIA, Odair Lopes. **Evolução do emprego formal na indústria nos anos 90: avaliação do nordeste e do RN**. In mailto:falnatal.com.br:8080/revista_nova/a6_v1/artigo_5.pdf> acesso em novembro de 2009.

SARAIVA, Luiz Alex silva; PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. **Globalização e reestruturação produtiva: desafios à indústria têxtil brasileira**. Revista de Administração. São Paulo, V. 40, n, 1, P. 68 a 82, jan/fev/mar, 2005.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes de. **A trajetória da Indústria e do Emprego formal no Ceará 1996/2006**. in Anais do XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. ABET, Campinas – SP, 2009.